

II Conferência do IESE,
"Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em
Moçambique",

Maputo, 22 a 23 de Abril de 2009

A pobreza, a guerra e a paz em Moçambique:
teorias, relações e percepções

Resumo

Sintetizando a evolução política e económica de Moçambique desde o final do colonialismo até aos dias de hoje e cruzando-a com relatos de moçambicanos que viveram estes diferentes períodos da história recente do seu país, esta comunicação inicia-se com uma reflexão sobre os factores explicativos da ausência de enquadramento histórico e de abordagens antropológicas nos estudos da pobreza e de um questionamento das perspectivas teóricas em que estes estudos se baseiam. Analisam-se algumas das possíveis causas dos elevados níveis de pobreza que neste país se registam e argumenta-se contra a existência de causalidades directas entre a guerra e a pobreza. Por último, analisa-se o período pós-guerra e alguns aspectos das políticas desenvolvidas e conclui-se salientando a importância de abordar a pobreza de forma contextualizada, inserindo-a no conjunto das relações económicas e sociais de que ela é parte integrante ao nível global e local.

Dados do Autor

Ana Bénard da Costa, Antropóloga, Doutorada em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, (ISCTE), investigadora auxiliar no Centro de Estudos Africanos (CEA) do ISCTE, Lisboa.

**A pobreza, a guerra e a paz em Moçambique:
teorias, relações e percepções**

Ana Bénard da Costa
Centro de Estudos africanos (CEA) -ISCTE
Anabenardg@gmail.com

Introdução

A presente comunicação inscreve-se no projecto de investigação "Pobreza e Paz nos PALOP"¹ centrado sobre as relações entre a pobreza e a guerra/paz nesses países e na forma como esta relação é percebida pelos actores sociais.

Quando se pretendem estudar as percepções dos actores sociais face aos fenómenos da pobreza e da guerra, a perspectiva histórica surge como particularmente importante. As percepções sociais são moldadas por experiências passadas que se inscrevem em memórias recentes e remotas. Conhecer esse passado através de relatos, contextualiza-los historicamente e, simultaneamente, compreender como essas memórias são recriadas e actualizadas dentro de contextos e processos específicos no presente, informando as práticas e as estratégias dos actores sociais e, conseqüentemente, as suas percepções, afigura-se como um dos elementos essenciais para compreensão da pobreza na actualidade.

¹ Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado por Cristina Rodrigues (CEA-ISCTE).

Nesta comunicação analisam-se os fenómenos da pobreza, da guerra e da paz em Moçambique, ao longo do período que vai da fase final do colonialismo até aos dias de hoje. Esta análise é precedida por uma reflexão sobre os factores explicativos da ausência de enquadramento histórico e de abordagens antropológicas nos estudos da pobreza e de um questionamento das perspectivas teóricas em que estes estudos se baseiam.

1.A história e a antropologia nos estudos sobre a pobreza

Muitos dos estudos sobre a pobreza em África são relativamente recentes e deles está ausente qualquer preocupação histórica que permita relacionar este fenómeno na contemporaneidade com a sua evolução no passado e na "longa-duração". A análise da evolução da pobreza em África faz-se a partir da data em que estes estudos se iniciaram, o que em Moçambique ocorreu em 1989. Mas, se a pobreza, tal como é definida pela actual literatura e políticas de desenvolvimento, é uma construção relativamente recente (Green, 2006, p.8), este termo tem sido utilizado para designar situações de precariedade material desde tempos imemoriais.

A relativa "curta duração" em que os estudos sobre a pobreza em África incidem, tem diversas explicações: escassez e inadequação das fontes escritas² e fontes orais

² Iliffe menciona que as fontes escritas sobre a pobreza em África são raras quando comparadas com as que existem para a Europa e muitas serem da autoria de viajantes não africanos

que sobreavaliam os momentos de prosperidade. Mas, o maior obstáculo a uma investigação histórica sobre a pobreza em África, advém da ideia de que neste continente a pobreza seria, sobretudo, resultante do confronto com os não africanos. Antes desse contacto, haveria uma situação de equilíbrio fornecida pela segurança que a família extensa prestaria aos seus membros (Álvarez, 2001, p.60). Esta perspectiva ressalta em estudos que referem as crises económicas geradas pelo tráfico de escravos e posteriormente pelo colonialismo. Nomeadamente, e em relação à época colonial em Moçambique, mencionam-se as situações de pobreza resultantes da exclusão dos africanos das melhores terras de cultivo e o impacto negativo do trabalho obrigatório nas culturas para exportação na produção agrícola familiar (cf. Fortuna, 1993).

Assim, e independentemente dos efeitos do tráfico de escravos e do colonialismo sobre a situação económica das populações moçambicanas - e dependendo das épocas, das regiões e dos grupos sociais em estudo, esses efeitos foram diversos e nem sempre, necessariamente, conducentes a situações de pobreza - o que importa reter é que para Moçambique (e no geral para África) não existem estudos que nos dêem respostas em relação às reais capacidades das sociedades desse país, nas diferentes épocas, satisfazerem as necessidades básicas da sua população.

O estudo da pobreza, enquanto objecto específico de análise, também tem despertado um interesse muito limitado à

"using a categorisation of poverty foreign to the African people"(cf. Iliffe, 1987, cit. in Swiatkowski, 2002, p.15).

Antropologia (Cf. Booth, Leach, e Tierney, 2006)³ embora os antropólogos, desde sempre, se tenham preocupado em demonstrar a construção social de categorias e a importância das relações sociais na sustentação das desigualdades (Dumont, 1970; Douglas, 1991; Hart, 2001; cit in Green, 2006, p.4). No entanto, tanto para os antropólogos, como para os informantes, a pobreza é uma relação social e não uma condição absoluta (cf.Sahlins, 1972).

Se existem poucos trabalhos de Antropologia sobre este fenómeno (cf. Ferguson, 1999; Englund, 2002; Loforte, 2003; Costa, 2007) tal não significa que esta ciência não tenha contribuído para a construção da pobreza, tanto como categoria dos estudos de desenvolvimento, como termo aplicável a categorias sociais particulares (Green, 2006, p.4).

2. Os significados da pobreza

Um dos problemas dos estudos sobre a pobreza prende-se com os seus diferentes significados, não existindo coincidência entre as perspectivas universalistas e as relativistas (cf. Swiatkowski 2003). Segundo a primeira das perspectivas, existem dimensões da pobreza partilhadas por todos os pobres de todas as culturas e relacionadas com o funcionamento físico do corpo humano. A teoria económica sobre a pobreza partilha esta visão, baseada na noção universal de

³ Entre os antropólogos que abordaram especificamente o tema da pobreza há ainda a referir o trabalho de Oscar Lewis (1996[1966]).

necessidades básicas assente na pirâmide de Baulch (1996), que sustenta as abordagens do desenvolvimento feitas pelos organismos internacionais e as medições da pobreza realizadas nos diferentes países. Através de parâmetros universais os pobres das mais diversas culturas e sistemas económicos e sociais são uniformizados. "The poor have much in common (...) and the proximate causes of their poverty are represented as being remarkably similar across geographical regions and national boundaries" (Green, 2006, p.10).

Simultaneamente, o facto de a pobreza ser uma construção social das organizações internacionais, significa que aquilo que a constitui e define se pode modificar (e tem vindo a modificar) em função das perspectivas daqueles que a definem e que dispõem dos fundos para a "combater". Significa ainda que a pobreza não é vista como resultante de relações históricas e sociais, mas sim como algo existente nas sociedades e que estas têm de eliminar de forma a preservar a funcionalidade social (Green, 2006, p.18-20).

Os defensores da perspectiva relativista, pelo contrário, consideram que a pobreza é um fenómeno social complexo e pressupõe uma relação entre aqueles que têm poder e meios e os que não os têm. Implica por isso uma situação de conflito. Para estes autores, as definições de pobreza podem variar em função de lógicas relacionais e em função das estruturas económicas e culturais das sociedades⁴.

⁴Na Guiné-Bissau, por exemplo, muitas populações designam como "tempo de fome" as alturas do ano em há falta de arroz, independentemente de terem acesso a outros bens alimentares de igual ou maior valor nutritivo.

Green (2006, p.38) acrescenta ainda que "poverty is not a 'thing' to be attacked, but the outcome of social inequalities that must be confronted. (...) The poor are poor not because of 'poverty', but are poor because of other people".

Entendendo a pobreza, quer como um fenómeno multidimensional, quer como um produto de relações sociais e históricas e, simultaneamente, como uma categoria através da qual os agentes sociais classificam e agem no mundo, conciliamos as perspectivas universalistas e relativistas sobre este fenómeno. Tal ocorre por diferentes razões: por um lado, ao contextualizar-se a pobreza historicamente, ultrapassa-se uma visão deste fenómeno como algo que só pode ser definido em função de contextos sociais e culturais determinados - estes na sua história e no seu presente são sempre o produto de inter-relações, dependências e relações de poder, com outros contextos mais ou menos longínquos e não são, nem nunca o foram, entidades homogéneas e estanques entre si; por outro lado, porque efectivamente, actualmente, as definições universais de pobreza condicionam as vidas daqueles que assim são definidos: a maioria dos "pobres" vive em países que dependem das ajudas internacionais e cujas políticas económicas e sociais emanam das directrizes das agências de desenvolvimento, tornando-se, as dimensões e os valores que suportam as definições da pobreza, "pontos de referência universais" (Swiatkowski, 2002, p.5 e p.8). Mas tal não significa a existência de uma uniformização da pobreza a nível mundial. Pelo contrário, as especificidades culturais e sociais adquirem especial projecção nesta era de globalização, e a partilha de certas características da

pobreza entre diferentes culturas, não significa que apenas através dessas características seja possível descreve-la e compreende-la nas diversas regiões do mundo.

Em resumo, para compreender a pobreza, é necessário ter em conta, as definições de pobreza "universais" e as especificidades através das quais esta se define em contextos culturais particulares. No entanto, estas diferentes percepções e categorizações de pobreza não são, na maior parte dos casos, apreensíveis através da escolha das mesmas variáveis, como não são, apreensíveis através do mesmo tipo de metodologias de análise.

3. Estudos sobre a pobreza e guerra em Moçambique

O primeiro estudo sobre a pobreza em Moçambique data de 1989, estimava-se então que 60% da população vivia em condições de "pobreza absoluta" (Oppenheimer e Raposo, 2002: 45). Para os anos anteriores a pobreza só pode ser aferida indirectamente, quer através das memórias dos moçambicanos; quer através de relatos de viajantes, quer ainda a partir de dados referentes à economia e à demografia.

Se não existem estudos específicos sobre a pobreza anteriores a 1989, em obras sobre a história de Moçambique (cf. Isaacman, 1979, 1983; Péliissier, 1984; Vail e White, 1980; Newitt, 1995, entre outros) as diferentes guerras são abordadas em menor ou maior profundidade: a guerra colonial, as guerras surgidas no sequência das guerras mundiais, as resultantes das campanhas de pacificação e as que ocorreram no período pré-colonial. Existem ainda menções a crises

económicas graves provocadas por secas que implicaram um aumento da mortalidade, das doenças, da escassez de água e alimentos e consequentes movimentos de populações para regiões menos afectadas. De todo isto resultaria um aumento de conflitos e de guerras. Newitt (1995:253) refere que Frei João dos Santos (1609) relata a ocorrência destas situações em Moçambique em 1580.

Mais recentemente, sobre a guerra colonial, há estudos do seu impacto no desenvolvimento económico de Moçambique. Por exemplo, João Mosca (2005, p.128) descreve a situação após 1960, nos seguintes termos:

Foram realizados investimentos públicos avultados com objectivos militares e policiais: passou-se de uma política económica restritiva a expansiva, com efeitos sobre a inflação permitindo a curto prazo um crescimento económico(.... No contexto de guerra, o crescimento e a emergência de interesses diversos terminaram por acelerar os movimentos reivindicativos e a crise económica.

Jochen Oppenheimer (1992-1994,p.171) baseando-se numa cronologia de Baltazar Jr.(1993), refere que o final do período colonial (a partir de 1973) é marcado por uma quebra na produção com contenção de investimentos e fuga de capitais. A crise prolonga-se até 1977, ano em que surge alguma recuperação que se prolonga até 1981, mas a tendência de declínio do PIB não é invertida até à introdução do PRE em 1987.

Moçambique conheceu desde o período colonial e até ao final dos anos 80, constantes crises económicas alternadas por curtos períodos de crescimento da produção. O efeito

destes períodos nas condições de vida da população foi diverso e essa diversidade é particularmente visível nos últimos anos do colonialismo e resultante de opções políticas do governo colonial em contexto de guerra. Anne Pitcher (2002, p.30-33) menciona que nos finais dos anos 60 os rendimentos monetários representavam cerca de 44 por cento do rendimento das famílias rurais, sendo o restante obtido através da produção agrícola de subsistência. A autora analisa, para esses anos, as discrepâncias em termos de desenvolvimento sócio económico e argumenta que estas criaram um clima de conflito e de desconfiança entre as regiões e os grupos populacionais e sociais que se desenvolveram a ritmos diferenciados. Paralelamente, e desde o início da luta armada, a Frelimo contribuiu para a existência de tensões entre diferentes grupos sociais e regiões no país⁵.

A análise do período final do colonialismo é esclarecedora dos acontecimentos pós-independência em termos económicos e militares. Tal acontece por razões de continuidade e descontinuidade. Se existe uma descontinuidade em termos económicos (a "crise" que se instala em Moçambique a partir de 1977 pode ser explicada por políticas que desestruturaram a situação na época colonial), em termos militares podem-se encontrar continuidades entre o conflito colonial e aquele que opôs a Renamo e a Frelimo. Borges Coelho (2003, p.177, p.180) refere que no período colonial se instala um potencial de

⁵Sobre este assunto ver Abrahamson, H. e A. Nilsson, A. (1995, p. 25)

violência através da militarização da sociedade com o recrutamento de base universal para as forças armadas regulares, e através do agrupamento forçado das populações em aldeamentos e da formação das milícias.

Estas milícias (jovens na sua maioria) tinham desenvolvido à época da independência uma cultura de violência que encontra nesse período terreno fértil de expansão. Para além de tudo, eram vistos pelos novos poderes como colaboradores do inimigo juntando-se às várias dezenas de milhares de ex-combatentes do exército colonial que não só não foram integrados nas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) como foram perseguidos, punidos e "purificados" em campos de reeducação (Coelho, 2003:1889)⁶.

A esse potencial de violência associa-se a agressão externa (que de certa forma é interna, pois, parte das forças que a Rodésia apoiou são formadas por moçambicanos que o Estado Socialista perseguiu e ostracizou), a crise económica e o descontentamento gerado pelas políticas de desenvolvimento rural.

Mas não estarão as sementes da crise económica no Estado Colonial? Obviamente que sim se pensarmos nos índices de analfabetismo, na ausência de quadros moçambicanos, na violência da exploração colonial que "impunha", por si só, que o novo Estado independente tentasse políticas de

⁶"No exército colonial serviram cerca de 30.000 moçambicanos. Em 1975 ficou acordado que o exército moçambicano seria composto pelos 10.000 homens que tinham afeito a luta de libertação "para que a confiança política estivesse garantida", a partir de 1978 é instituído o serviço militar obrigatório e por volta de 1980 o exército é formado por 70.000 homens" Coelho e Macaringue, 2002, p. 49 e nota 6)

desenvolvimento alternativas. Mas não haveria outras opções entre os extremos de uma política colonial e os de uma economia centralizada e de nacionalizações? Um dos entrevistados relata-nos uma experiência realizada no pós-independência com os seguros e que, segundo ele, constituiu um caso de sucesso:

Depois fui para os seguros. Os seguros foram nacionalizados, havia uma direcção única no país a EMOZE (...) fizemos uns contratos que evitaram a saída dos portugueses. Dávamos-lhes um bom salário e eles tinham emprego garantido em Portugal depois de cinco anos em Moçambique e iam com cinco mil dólares. Houve um certo pragmatismo (...) Deu bons resultados e funcionou durante muito tempo. (...) Na banca não fizeram o mesmo e sofreram muito com isso (S.J. 6/9/2008).⁷

Após 1977, a situação económica conhece alguma recuperação. Abrahamson e Nilsson (1995, p.48) falam da "euforia da independência" que possibilitou uma mobilização da população para "campanhas" e trabalho voluntário. Simultaneamente, há reais investimentos nos sectores sociais com a expansão do sistema escolar, a redução da iliteracia de (93% para 70% em cinco anos), o aumento dos postos de saúde nas regiões rurais (de um posto de saúde para cada 26 mil habitantes passa-se para um posto para 10 mil habitantes). Mas, poucos anos depois, no início da década de 80, os sinais de retrocesso económico são evidentes e agudizam-se até 1987 (introdução do PRE) (Oppenheimer, 1992-1994, p. 200). Esta crise económica é considerada então, pelos governantes moçambicanos, como resultante da guerra e associada à destruição das infra-estruturas, das vias de comunicação e aos deslocamentos de população que esta gerou,

⁷O anonimato dos entrevistados é preservado

mencionando-se também as catástrofes naturais⁸ como uma importante causa. As instituições de Bretton Woods atribuem às políticas económicas as responsabilidades pela situação.

Esta última causa, ou a conjugação das duas causas, não abarcam a complexidade dos factores que explicam os níveis de pobreza verificados em Moçambique desde os anos em que esta começa a "existir" como fenómeno mensurável (mas obviamente muito anteriores a esta data) e a condicionar os lugares que o país tem ocupado nos rankings mundiais em termos de desenvolvimento.

Se a guerra por si só não explica a pobreza (embora contribua certamente para a agudizar), a pobreza também não explica, por si só, a guerra. Surgem como elementos explicativos mais prováveis das causas da pobreza (agora e no passado) e da guerra, todo um conjunto de factores políticos de ordem interna e externa que desde a época colonial até aos dias de hoje ocorreram e que se foram conjugando, ano após ano, contribuindo para os baixos níveis de produtividade e de desenvolvimento económico e social registados, bem como para os índices de violência que em tempo de guerra se verificaram e em tempo de paz continuam a constituir uma ameaça à segurança dos moçambicanos. Na impossibilidade de analisar em detalhe todos esses factores, ao longo das páginas seguintes apontar-se-ão aqueles que surgiram como mais significativos.

⁸Esta tese foi defendida pelos governantes moçambicanos até, pelo menos, meados dos anos 80 (Cf. Oppenheimer, 1992-1994: 202).

A guerra: interpretações e percepções

Ao abordar a última guerra que ocorreu em território moçambicano surge um problema ligado à sua designação. Em Moçambique, só após a morte de Samora Machel, se começou a admitir publicamente que a guerra era algo mais do que um bando de "bandidos armados" e terroristas a soldo de interesses estrangeiros. Os efeitos desta propaganda nas formas de nomeação desta guerra pelos moçambicanos ao longo do tempo são evidentes, como verifiquei nos trabalhos de terreno que realizei. Assim, logo após os Acordos de Paz, (Costa, 1995) falava-se dos "ataques", dos "bandidos", das tropas (exército da Frelimo), posteriormente e com a paz consolidada em 1999 e 2001, a designação é a "guerra" ou "esta guerra dos bandidos" ou ainda "esta última guerra". O termo "guerra civil" foi mencionado neste último trabalho de campo tendo um dos informantes referido o seguinte: "...durante esta última guerra, chamada guerra dos 16 anos, guerra civil, chama-se guerra de destabilização mas isso é o cariz político da coisa, mas a guerra civil..." (S.J. 6/9/2008 Agosto de 2008).

Outro informante relata-nos a sua opinião pessoal sobre as causas da guerra:

"Esse renegado (André Matsangaíssa) não era pessoa com bagagem académica (...) e todos os membros do Bureau Político eram cérebros. Porque é que não lhe perguntaram «o que é que você quer, quer casa, quer carro?» Ele ficou lá (na Rodésia) e o governo volta a cometer asneiras, entende que as cidades têm pessoas a mais e criam os Campos de Reeducação, pegam nas pessoas e isso cria descontentamento e vão engrossar as fileiras da Renamo. Depois as pessoas a fugiram para os países vizinhos, o grosso estava a engrossar a Renamo (...).

Chissano quando é nomeado diz «agora vamos constituir uma comissão de conversação e esses ditos Bandidos Armados vão escolher aonde é que vamos falar» (...). O Chissano toma posse como presidente em 86 - muita gente morreu desde esse discurso até à paz, a guerra não parava(...). O sofrimento do povo foi provocado pela guerra, pelo Governo, e não é a Frelimo que é Governo?" (S.T 27/8/2008).

Neste excerto a Rodésia e a África do Sul não são mencionadas, os culpados são, para este informante, os políticos e o Governo.

Embora não haja dúvidas de que a Rodésia primeiro e a África do Sul mais tarde, foram grandes impulsionadoras desta guerra, também é evidente que a Renamo contou com uma base de apoio interno. Esse apoio veio, em grande parte, das populações rurais pertencentes ao sector familiar. Populações que, por razões que se prendem com os projectos políticos e económicos da Frelimo, se sentiram marginalizadas em relação ao Estado que supostamente as enquadrava (Geffray 1991).

Para além das mudanças políticas ocorridas na Rodésia/Zimbabué e na África do Sul e que em parte explicam as diferenças nas tácticas da guerra ao longo dos anos, as populações moçambicanas tiveram reacções muito diversificadas durante o conflito que opôs a Renamo à Frelimo (cf. Costa, 1995). E essa diversidade explica-se igualmente pelas estratégias desenvolvidas pelas populações e que lhes permitiram fugir ou ficar e apropriarem-se do conflito (Lubkemann 2005: 500-501)

Transcrevem-se aqui excertos de entrevistas onde essa diversidade de situações é relatada:

"Os filhos da minha tia foram mortos com esta guerra civil, e alguns que faziam parte da nossa familiaridade também foram mortos (...), alguns refugiram para o Zimbabué mas a minha família directa não chegou de refugiar (...) Nunca quiseram sair para outro sítio,⁹? (...) Eu ia para lá com mulher e os filhos e fomos atacados, graças a Deus saímos ilesos, alguns foram mortos, outros feridos mas nós não. Mas eu continuei a ir, se é morto é morto, eu tenho de ir para a minha terra para os meus pais, nunca passavam dois, três anos sem ir." (B.C. 8/9/ de 2008).

"Desenvolvi pesquisa sobre o algodão, em 1991(...) Levaram-me para um sítio e eu só soube depois de sair de lá que era uma zona controlada pela Renamo. (...) Fui descobrir que os camponeses e as empresas multinacionais encontraram uma forma de produzir algodão nas zonas de guerra, para comercializarem depois nas zonas do Governo. E isto tudo eram redes locais informais em que os próprios guerrilheiros da Renamo permitiam o funcionamento da economia algodoeira nas zonas em que eles operavam, em que todos beneficiavam"(S.J. 6/9/2008).

Nas frases acima transcritas espelham-se diferentes estratégias de "apropriação do conflito" onde se tentam conjugar interesses pessoais e/ou colectivos com os interesses das forças em confronto no terreno. Esta situação, no caso da exploração algodoeira, atinge o paradoxo de as duas forças em confronto "acordarem" entre si, com a empresa e os camponeses da região, o estabelecimento de uma "paz" local que contraria a situação de guerra que o país vive.

Esta apropriação local do conflito contraria as análises que tentaram explicar a extrema violência de alguns ataques

⁹Obviamente que as razões apresentadas pelo entrevistado podem não ser verídicas. E, por exemplo, a família pode ter optado por ficar na região aliando-se à Renamo. Mas não é a veracidade do discurso que aqui se analisa, mas o facto de numa mesma região as estratégias das populações perante os ataques serem diversas.

da Renamo apenas como resultantes de uma "táctica de guerra" pensada por estrategas no topo da hierarquia (cf. Geffray, 1989; Vines, 1991; Finnegan, 1992).

Eventualmente isso será verdade para alguns episódios mas noutros, como refere Lubkemann (2005: 504) "'Violence' was an experience problematized and fundamentally shaped by the social formations and micropolitical matrixes in which it took place"

Lubkemann (2005, p.505) explica esta apropriação local da violência pelo facto de os actores sociais não serem facilmente mobilizados por projectos cujos objectivos passam pela substituição de um poder central por outro poder, aderindo, pelo contrário, com facilidade aos projectos que implicam uma diminuição da influência dos poderes centrais sobre os assuntos internos à comunidade.

A forma como o conflito entre a Renamo e a Frelimo evoluiu, ainda não totalmente esclarecida, resultou das estratégias requeridas para os diferentes contextos políticos, económicos e sociais a nível regional e temporal, de mudanças nos interesses externos envolvidos e nos interesses económicos instalados ao nível das chefias de ambos os lados. Mas as mudanças também derivaram das estratégias que as populações desenvolveram face à presença de soldados e à possibilidade de apropriação de meios violentos para resolver disputas e conflitos locais ou para implementar estratégias de obtenção de poder e/ou autonomia. Por último, essas estratégias também são uma resposta a situações económicas diversas, sendo essa diversidade, em

parte, resultado das oportunidades que a guerra necessariamente criou.

Sobre este assunto, Cramer (2006^a, p.400-402) crítica o facto de se considerar que a população rural de Moçambique ficou reduzida durante a guerra a um todo homogéneo, vivendo da agricultura de subsistência. O autor afirma que quem conseguisse produzir excedentes agrícolas ou obter rendimentos monetários poderia sobreviver e até expandir as suas actividades atraindo mão-de-obra extremamente barata, pois quem não tivesse essas vantagens aceitaria trabalhar por qualquer salário desde que este trouxesse algum poder de compra. Considera o autor que a situação permitiu o forjar de redes económicas que continuam no pós-guerra (cf. Cramer, 2006b).

Porém, para grande maioria da população as condições de vida nesse período eram insuportáveis, mas a conjugação, à época, dos efeitos da guerra e das políticas económicas socialistas impossibilita, em muitos casos, a distinção entre as causas que estão na origem dessas condições. Por isso, quando se perguntou aos informantes sobre os efeitos da guerra nas suas vidas, as respostas remeteram quer para esta, quer para as condições económicas geradas pelas políticas socialistas. O período da guerra é designado como "o tempo de sofrimento", dos "grandes sacrifícios" e o "tempo da fome".

As minhas filhas iam a Maputo ao sábado bichar e ver se encontravam alguma coisa, às vezes não traziam nada, o abastecimento só dava um quilo de arroz, meio quilo de açúcar por mês. O meu marido ia até à fronteira e trazia alguma coisa mas havia dias em que não havia nada, nem açúcar nem

chá. Depois arranjámos uma machamba, mas foi uma altura de grandes sacrifícios (R.Z. 3/9/2008).

Durante a infância foi um bom tempo para mim, na minha casa não faltava nada, tínhamos tudo, tínhamos gado, tínhamos leite, o meu pai trabalhava na África do Sul e a minha mãe trabalhava no campo.(...). Não foi uma festa a entrada da Frelimo, foi muito mau, estragaram muita coisa, foi ruim, eram aproveitadores, quando viram a população começaram a fazer estragos (...). Na altura tínhamos muito gado bovino, eram sessenta e tal, eram do meu pai, do meu irmão e os meus, o que estragou foi aquela guerra, aquela guerra civil que durou 16 anos. Vieram a carregar tudo, ficámos sem nada, no mesmo dia (J.L. 26/8/2008).

Paz, (in)segurança e pobreza

Quando se questionou os entrevistados sobre a situação actual em termos de segurança (violência) e de condições de vida, em comparação com a situação vivida durante a guerra, os que possuem menor formação (a maioria o ensino básico) responderam de acordo com a sua experiência de vida, com as memórias que têm do passado e as expectativas que foram construindo. Neste grupo, as respostas são maioritariamente positivas, para eles a "vida está melhor" apesar de reconhecerem que há muita pobreza e muita violência. As respostas dos entrevistados com formação superior foram diferentes e moldadas em função das percepções que têm dos "outros" dos "pobres". Raramente responderam, com base nas suas experiências pessoais. Neste último grupo, a maioria respondeu que as condições eram actualmente piores para grande parte da população. Transcrevem-se alguns excertos das entrevistas onde este assunto é mencionado:

Há mudanças, eu cheguei aqui (Mafalala) em 1976, havia casas de caniço, agora não há casas de caniço é tudo bloco. Apesar de haver choro de que não há dinheiro, há. (...)Eu e o meu filho já não somos iguais, eu sofri muito, o mais velho está na 10ª classe, usa sapato, tem telemóvel. Eu, nessa idade, não havia essas coisas (...)eu tinha vontade mas não consegui chegar à 10ª classe. O meu pai trabalhou muito nas minas mas não conseguiu ter aquilo que eu tenho hoje. Eu tenho uma aparelhagem, ele tinha radiozinho pequeno, ele trabalhou para nada. Eu não (H.T. 10/9/2008).

No tempo do Samora estivemos muito mal, não havia nada, só repolho, era bicha. Agora até não está normal, está bom (...) Nos nossos tempos havia roubo, mas não era isso de arrancar as coisas dos outros. Em Maputo isto tudo é marginal porque não querem trabalhar, não querem fazer nada. Esses filhos de bandidagem, há muitos (F.D. 9/9/2008).

Eu acho que a vida das pessoas não está a melhorar absolutamente nada (...) os índices de crime aumentaram. Eu acho que a situação de hoje não tem a ver com a guerra (...). Eu conheço gente que ficou rica com a guerra e em conjuntura de paz a vida mudou completamente. (B.N. 28/8/2008).

Está-se a dizer que a pobreza reduziu, reduziu nada, aumentou nos últimos três, quatro, cinco anos. Agora há acesso a riqueza, mas há uma grande polarização que é perigosa e vai ser a próxima geração de conflitos. (...) e há aqui um esquema já montado por não haver segurança. Foi bom os desmobilizados terem sido integrados nas empresas de segurança, absorveram os que sabiam das armas (...) (S.J.6/9/2008).

Os dois temas que cruzam estes excertos de entrevistas - a (in)segurança e a pobreza/riqueza - estão relacionados entre si, relacionados com um passado recente de guerra e com as políticas implementadas no país desde a independência até à actualidade. Surgem como particularmente importantes para compreender as questões relacionadas com a segurança, as políticas que incidem directamente sob as forças nacionais

que têm como função a manutenção da ordem e da paz: o exército e a polícia.

Ficou estabelecido nos Acordos de Paz que o novo exército nacional integraria elementos da Renamo e da Frelimo e que os restantes soldados seriam desmobilizados. O número oficial de desmobilizados era de 78.078, num total de 92.881 soldados oficialmente reconhecidos como fazendo parte dos dois exércitos¹⁰ (Coelho, 2002, p.147) e, de acordo com um estudo realizado em Maputo (cidade, arredores e dois distritos da província do mesmo nome) (Coelho 2002), a maioria encontrou emprego como guarda de segurança. Desta forma estes guardas, muitos deles armados, continuam a estar envolvidos em actividades que se assemelham àquelas que exerceram enquanto soldados, contrariando assim um dos "princípios de reintegração que é o de manter os ex-combatentes dispersos e longe das armas" (Coelho, 2002, p.195).

Se não há, como refere Borges Coelho (2002, p.222) uma relação directa entre os ex-combatentes e a violência há, evidentemente, uma relação directa entre a insegurança e o surgimento das empresas de segurança, e entre a insegurança e a eficácia das forças de segurança e de ordem: a polícia, o exército e os tribunais.

Em 2003 o exército era constituído por um número relativamente reduzido de efectivos (15.000). Tal pode ser

¹⁰ Nos Acordos de Paz ficou estabelecido que as FADM seriam compostas por 30.000 homens fornecidos em igual número pela Renamo e Frelimo, mas em Dezembro de 1995 as FADM reuniam apenas 12.195 homens (Coelho, 2002^a, p.61-67), em 2004 esse número era de 15.000 (Leão, 2004).

explicado pelo facto de este não constituir uma prioridade para o Governo que, ao ser obrigado a integrar membros da Renamo nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), optou por concentrar os seus interesses na polícia na medida em que esta permaneceu sempre sobre o seu controle (e na altura fora do mandato da ONUMOZ), transferindo para a Polícia da Republica de Moçambique (PRM) um grande número de soldados. Este desinvestimento num exército que durante a guerra tinha tido, por razões evidentes, acesso a importantes recursos, e a transferência de soldados para a polícia, criou problemas que o sector da segurança ainda hoje enfrenta: "Forças armadas descontentes, com pouca capacidade para proteger o território, apesar de armadas em excesso, e uma força policial com pessoal em excesso constituído por homens sem treino para o serviço policial" (Leão 2004,p.34).

A situação da PRM não é muito diferente apesar dos investimentos realizados pelo governo e doadores serem maiores do que aqueles que o exército recebeu (Leão 2004,p.39). Mas, e de uma forma geral, como refere um dos informantes "a polícia não defende, o tribunal não reage, não há instituições" e, como tal, as empresas de segurança continuam a ser um lucrativo negócio privado, como o testemunham o seu elevado número¹¹, que se mantém e cresce num país onde a policia continua sem capacidade de pôr cobro às redes transnacionais de criminosos.

¹¹ De acordo com Carlos Serra (2006) no ano de 2005/2006 estavam registadas na lista telefónica da zona sul de Moçambique 23 empresas de segurança com cerca de 23.000 homens.

O facto de as empresas de segurança serem um negócio lucrativo suscita algumas interrogações sobre eventuais interesses que pressionam a manutenção de situações conducentes à violência (desemprego, pobreza, ineficácia dos tribunais, corrupção e a relativa liberdade com que são realizados uma série de tráficos ilícitos). Essas interrogações são acrescidas pelo facto de nessas empresas estarem envolvidos membros da elite moçambicana (Serra, 2007).

Para além das empresas de segurança privadas serem interessantes economicamente para os seus "donos", cumprem uma importante "função social" empregando milhares de homens. No entanto, os salários que os guardas recebem são irrisórios¹² e muitos desempenham outras actividades.

Nesta descrição são evidentes as relações entre a situação de económica que o país vive e a insegurança e a violência neste tempo de paz. E quando interrogados sobre este aspecto os informantes referiram que a insegurança e a violência são muito maiores agora, em tempo de paz, do que no tempo da guerra: "no tempo do Samora não havia insegurança, ninguém roubava nada, havia respeito, não havia corrupção" (S.T 28/8/2008). Mas os interesses instalados sobre uma situação de insegurança não explicam os baixos níveis de desenvolvimento humano registados neste país, outros

¹² "O salário mensal médio de guardas de segurança armados é aproximadamente de 800.000 Meticais (33 Dólares americanos), o que os torna vulneráveis ao suborno ou envolvimento criminal" (Leão, 2004, p.45).

interesses relacionados com os fundos provenientes da Ajuda Internacional¹³ contribuem para esta situação.

Pobreza e políticas de desenvolvimento em tempo de paz

Resultantes de opções ideológicas, da constelação política internacional da época (guerra-fria), do passado colonial, da situação sócio económica em que se encontrava a maioria da população africana de Moçambique no pós-independência e da situação de instabilidade que originou a fuga de capitais e de colonos e conseqüentemente de mão-de-obra qualificada e de quadros (Newit, 1995: 552), as opções políticas condicionaram e condicionam, o nível de desenvolvimento económico de Moçambique. Essas opções são por isso, mais do que a guerra ou as catástrofes naturais, causas directas dos níveis de pobreza que se registavam no primeiro ano em que esta foi medida e que continuam a verificar-se até aos dias de hoje.

Pode-se argumentar, contra o que acima se defende, que as opções políticas e económicas dos sucessivos governos de Moçambique, desde a introdução da democracia e da economia liberal, são condicionadas por directrizes imanes das organizações internacionais de desenvolvimento e dos países doadores, e que estes impuseram, desde meados dos anos 80, um conjunto de medidas de elevados custos sociais, além de

¹³Jason Sumich (2008, p. 124) analisa as elites moçambicanas afirmando que a legitimação destas se faz cada vez mais face à comunidade internacional de doadores e aos organismos multilaterais e menos num plano interno.

terem pactuado com situações que conduziram (e conduzem) a grandes desequilíbrios em termos de distribuição da riqueza (cf. Hanlon, 2002; Hanlon e Smart, 2008). Se isto é verdade, também não deixa de ser verdade que os governantes e a elite da Frelimo têm beneficiado directamente de muitas dessas opções e, estas, de uma forma geral, não foram postas em causa por aqueles que têm a responsabilidade de as implementar.

Até ao momento, os factores apontados como importantes elementos de crescimento económico e de combate à pobreza introduzidos em Moçambique (efectiva e/ou retoricamente) - liberalização política e económica, democracia, boa governação, descentralização política e administrativa, combate à corrupção, política de privatizações, criação de emprego (no sector formal) e capacitação dos recursos humanos (através do apoio à educação e à saúde) - não têm surtido os efeitos desejados. O crescimento PIB que se tem verificado, resulta, como refere Jochen Oppenheimer, numa parte significativa de "mega projectos do tipo Mozal" (2006:12) e o "investimento estrangeiro intensivo em capital tem um impacto limitado no crescimento do emprego e na redução da pobreza" (PNUD, 1998, cit in. Oppenheimer, 2006, p. 12).

Desta forma, mesmo após o perdão da dívida, no quadro da iniciativa HIPC¹⁴, e mesmo após os compromissos assumidos no quadro do cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, os níveis de desenvolvimento humano de Moçambique

¹⁴HIPC- Heavily Indebted Poor Countries Debt Initiative.

continuam muito baixos, apesar de mais de quinze anos de paz e estabilidade política e de continuadas e substantivas Ajudas ao Desenvolvimento. O país ainda se encontra, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD de 2007/2008, nos últimos lugares do ranking à escala mundial em termos do IDH (172 em 177, tendo descido em relação ao relatório anterior em que se situava no 168 lugar para o mesmo número de 177 países).

Em relação à situação actual de Moçambique em termos de pobreza e à evolução que esta tem conhecido desde que é medida, existe toda uma discussão em torno da sua quantificação e dos respectivos resultados alcançados (cf. Oppenheimer e Raposo 2002, Vieira 2005; Hanlon 2007, 2008).

Os dados oficiais apontam para um diminuição da pobreza nestes últimos anos (69% em situação de pobreza absoluta em 1997 e 54% em 2003) mas Joseph Hanlon afirma: "Poverty is increasing and deepening (...). Some people are much better off, and some rise while others fall. But for half the population, poverty is deepening, and they are not benefiting from the record GDP growth rates" (2007:15)

A conclusão a que este autor chega começa a ser, de alguma forma, partilhada pelo próprio Governo de Moçambique (AIM, 2007) mas as doenças e as epidemias são consideradas como as causas do retrocesso na "luta contra a pobreza" enquanto outras organizações (MDG, 2007) mencionam (novamente) as secas e inundações.

Assim, os factores apontados como causas da pobreza, continuam a não estar relacionados com a política económica seguida pelo Governo de Moçambique e que tem sido

substancialmente inspirada, apoiada e financiada pelas organizações financeiras internacionais e pelos doadores bilaterais. Atribuindo-se as "culpas" a doenças ou aos efeitos das calamidades naturais. Mas se estas são, em grande parte, também, o resultado de políticas, tal não contribui certamente para o desenho de soluções que possibilitem uma efectiva redução da pobreza e de toda a série de problemas que aqui foram abordados e que constituem factores geradores de violência e insegurança.

Conclusões

Ao longo desta comunicação vimos como a guerra e a pobreza, sendo fenómenos distintos e não estabelecendo entre si uma relação directa de causa e efeito, marcam, ainda hoje, de forma profunda a sociedade Moçambicana. A complexidade destes fenómenos e a pluralidade de factores que os explicam, exigem múltiplas abordagens. Se algumas passam por compreender as lógicas, as estratégias e as percepções dos actores sociais que a diversos níveis estiveram envolvidos na guerra, são hoje rotulados de pobres e vivem no seu quotidiano numa situação de insegurança, sujeitos e actores de diversos tipos de violências, muitas outras são igualmente necessárias. Nomeadamente, importa desenvolver análises contextualizadas e investigações dos vários ramos das ciências sociais e humanas que incidem sobre os diferentes aspectos da realidade que influem sobre a pobreza, que condicionaram a guerra e que se cruzam na (in)segurança e na violência presentes na actualidade.

Importa por isso estudar melhor a guerra recente, sem preconceitos ideológicos, tentar compreender o que de facto sucedeu, com quem, quando e aonde. Compreender melhor quais são as suas heranças em termos dos conflitos ainda latentes, das armas disponíveis, das complexas teias de relações que perduram até aos dias de hoje e onde interesses económicos e políticos se cruzam entre si, ligando actividades legais ao sub-mundo das máfias, empresas formais aos negócios do informal. Por último, mas fundamentalmente, importa repensar as políticas económicas sobre as quais se regem as ajudas internacionais. A actual crise financeira mundial constitui uma oportunidade ímpar para tal.

A pobreza, a guerra, a insegurança e a violência em Moçambique, ou no mundo, nunca poderão ser compreendidas e muito menos reduzidas, se as isolarmos, considerando-as como exógenas às relações económicas e sociais dos quais são parte integrante ao nível global e local. A importância e a responsabilidade das organizações internacionais e dos países doadores, na forma como todos estes estudos têm sido conduzidos são indiscutíveis. E, como já se mencionou, pouco poderá ser efectivamente realizado se não se alterarem as políticas por que se regem estas organizações. Estas, para além de condicionarem as cooperações internacionais e as ajudas bilaterais, condicionam também as teorias e as metodologias que informam os estudos que procuram compreender os efeitos dessas mesmas políticas na evolução das situações económicas e sociais.

Será que isso é possível? Até que ponto estas organizações e esses países não são reféns das próprias políticas de

desenvolvimento que implementam? Até que ponto está ou não instalado um sistema de cooperação internacional à escala mundial que para se preservar, preserva os problemas que supostamente deveria combater? São questões em aberto que, eventualmente, nestes tempos de mudanças rápidas e, sobretudo, após a recente crise financeira e económica global, terão resposta mais cedo do que agora é possível imaginar.

Bibliografia citada

- Abrahamson, H., Nilsson, A., 1995. *Mozambique the Troubled Transition: From Socialist Construction to Free Market Capitalism*. Londres e Nova Jersey: Zed Books.
- Álvarez, A. Roca, 2001. Poder, Memoria y Tradición: sobre la Durabilidad de las Formas Políticas Africanas. In J. R. Trujilho (eds) *África hacia el Siglo XXI*, Madrid: Casa de África, pp.59-72
- AIM, 2007, <https://www.portaldogoverno.gov.mz>, [consultado a 27 de Março de 2008]
- Baltazar Jr., 1993. A dimensão económica da transição para a democracia multipartidária em Moçambique. Maputo.
- Baulch, B., 1996, The new Poverty Agency: A Disputed Consensus. *IDS Bulletin* Vol. 27(1) pp: 1-11.
- Booth, D., Leach, M., & Tierney, A. 2006. Experiencing poverty in Africa: Perspectives from Anthropology. *Q-Squared Working Paper* N°. 25, pp.1-48. http://www.q-squared.ca/pdf/Q2_WP25_Booth_%20et.al.pdf [acedido a 19 de Dezembro 2007]

- Cahen, M., 1987. *Mozambique: la révolution implosée*. Paris: L'Harmattan.
- Casal, A. Y., 1988. A crise da produção familiar e as Aldeias Comuns em Moçambique. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (8-9) ,pp. 157-191.
- Coelho, J. P. Borges, Macaringue, P., 2002. Da paz negativa à paz positiva: uma perspectiva histórica sobre o papel das forças armadas moçambicanas num contexto de segurança em transformação. *Estudos Moçambicanos*, nº20, pp.41-90.
- Coelho, J. P. Borges, 2003. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. *Lusotopie*, 175-193.
- Costa, A. B., 1995. Estudo de Famílias Deslocadas na Cidade de Maputo: Análise das Relações e Comportamentos Sócio-económicos. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Centro de Estudos Africanos, Lisboa (policopiado).
- Costa, A. B., 2007. *O Preço da Sombra. Sobrevivência e Reprodução Social entre Famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cramer, C., 2006a. Labour markets, employment, and the transformation of war economies" *Conflict, Security & Development*, 6:3, pp.389-410
- Cramer, C., 2006b. The sense that war makes. http://www.opendemocracy.net/globalization-vision_reflections/war_sense_3970.jsp, 5-10-2006, [consultado a 15 de Janeiro de 2008]

- Douglas, M., 1991. Witchcraft and leprosy: two strategies of exclusion. *Man*, vol. 26, pp. 723-736.
- Dumont, L., 1970. *Homo Hierarchicus: An Essay on the Caste System*. Chicago: University of Chicago Press.
- Englund, H., 2002. The Village in the City, the City in the Village: Migrants in Lilongwe. *Journal of Southern African Studies*, Vol 28 (1), pp.137-154.
- Ferguson, J., 1999. *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkely: University of California Press.
- Finnegan, W., 1992. *A Complicated War: The Harrowing of Mozambique*. Berkeley: University of California Press.
- Fortuna, C., 1993. *O Fio da Meada: o Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Afrontamento.
- Geffray, C., 1991. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Green, M., 2006. Representing Poverty and Attacking Representations: Some Anthropological Perspectives on Poverty in Development. *Working Paper Series No. GPRG-WPS-009, Global Poverty Research Group*, pp.1-51.
- Hanlon, J., 2007. Is Poverty Decreasing in Mozambique? Paper to be presented at the Inaugural Conference of the Instituto de Estudos Sociais e Económicos, (IESE), Maputo 19 September 2007, pp. 1-15. <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d53854.pdf> [acedido a 22 Novembro 2007].
- Hanlon, J., Smart, T., 2008. *Há mais Bicicletas, mas há desenvolvimento?*, Maputo: Missanga, Ideias & Projectos.

- Hart, K., 2001. *Money in an Unequal World. Keith Hart and His Memory Bank*. London: Texere.
- Illiffe, J., 1987. *The African Poor: A History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Isaacman, A., Isaacman, B., 1979. *A Tradição de resistência em Moçambique: O Vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento.
- Isaacman, A., Isaacman, B., 1983. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview.
- Leão, A., 2004. *Armas em Moçambique reduzindo a oferta e a procura*.
<http://www.iss.co.za/pubs/Monographs/No94Port/Chap2.pdf>.
[consultado a 27 de Setembro de 2008]
- Lewis, O., 1996 (1966). *The Culture of Poverty*. In: G. Gmelch e W. P. Zenner (eds) *Urban Life*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, pp.393-417.
- Loforte, A. M., 2003. *Género e poder entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela.
- Lubkemann, S.C., 2005. *Displacement in 'Fragmented Wars' Migratory Coping in Wartime Mozambique: An Anthropology of Violence and Displacement in 'Fragmented Wars'* *Journal of Peace Research*, vol. 42, no. 4, pp.493-508.
- MDG Monitor <http://www.mdgmonitor.org>, [consultado a 3 de Março de 2008].
- Mosca, J., 2005. *Economia de Moçambique. Século XX*. Lisboa: Instituto PIAGET.
- Newit, M., 1995. *A History of Mozambique*. Londres: Hurst & Company.

- Oppenheimer, J., 1992-1994. A cooperação para o desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 16-17, pp.171-208.
- Oppenheimer, J., Raposo, I., 2002. *A Pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação.
- Oppenheimer, J., 2006. *Moçambique na Era do Ajustamento Estrutural: ajuda, crescimento e pobreza*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- Pélissier, R., 1984. *Naissance du Mozambique*. Orgeval: France.
- Pitcher, A. M., 2002. *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. New York and Cambridge: Cambridge University Press.
- PNUD, 1998. *The fruits of development Mozambique. Development Cooperation Report 1995-1997*, Maputo: PNUD.
- Sahlins, M., 1972. *Stone Age Economics*. New York: Aldine.
- Santos, Frei João dos, 1609. *Ethiopia Oriental e Varia Historia de Cousas Notaveis do Oriente*. Évora.
- Serra, C., 2006. 23 empresas de segurança, 23.000 homens. <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2006/05/23-empresas-de-segurana-23000-homens.html>, [acedido a 8 de Novembro de 2008].
- Serra, C., 2007. Ainda a conspiração encontrada por Vieira. <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2007/09/ainda-conspirao-encontrada-por-vieira.html>, [acedido a 8 de Novembro de 2008].

- Sumich, J., 2008. Politics after the time of hunger in Mozambique: a critique of neo-patrimonial Interpretation of African Elites. *Journal of Southern African Studies*, UK, 34, pp.111-125
- Swiatkowski, P., 2002. Economic Studies of Poverty in Africa from Intercultural Perspective. Doctoral thesis Faculty of Economics, Erasmus University Rotterdam.
<http://home.wanadoo.nl/piotrek/scriptie.htm> [acedido a 11 de Março 2008].
- Swiatkowski, P., 2003. Agency and the economic poverty research in Africa. Paper present at Colloquium *Agency in Africa; an old issue, a new debate*. Leiden: Afrika Studie Centrum, pp.1-13.
- Vail, L., White, L., 1980. *Capitalism and colonialism in Mozambique: a study of Quelimane district*. London: Heinemann.
- Vieira, S. P., 2005. *Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza. Análise da situação em Moçambique*. *Documentos de Trabalho*, nº 68, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 1-33.
<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/>, [acedido em 10 de Janeiro 2006].
- Vines, A. 1991. *Renamo: Terrorism in Mozambique*. London: James Currey.